

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.400 - MG (2019/0289614-2)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : WILSON FERREIRA COSTA**  
**ADVOGADO : MARCO AURÉLIO VELOSO PINTO - MG106392**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por WILSON FERREIRA COSTA, em face de acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que denegou o *writ* de origem, conforme a seguinte ementa (fl. 269):

HABEAS CORPUS – ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, FALSIDADE IDEOLÓGICA, CORRUPÇÃO PASSIVA MAJORADA, FAVORECIMENTO REAL E CORRUPÇÃO ATIVA – EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA – INOCORRÊNCIA – CONTAGEM GLOBAL DOS PRAZOS – RAZOABILIDADE – PLURALIDADE DE RÉUS E DELITOS – COMPLEXIDADE DO FEITO EVIDENCIADA – DESÍDIA DO JUÍZO A QUO NÃO CONFIGURADA – APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO – INADEQUAÇÃO – AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. 1. A contagem de prazos deve ser realizada de forma global, atendendo-se, sobretudo, ao critério de razoabilidade, não resultando o excesso de prazo de mera soma aritmética. 2. Não há que se falar em excesso de prazo injustificado na formação da culpa, uma vez que se trata de processo complexo, que conta com pluralidade de réus e visa a apuração de crimes graves, situação que justifica a dilação do prazo processual para o encerramento da instrução criminal. 3. Inexiste constrangimento ilegal quando o trâmite processual é regular e a demora não é provocada pelo Juízo, não havendo que se cogitar em relaxamento da prisão se o mesmo vem adotando as providências necessárias para o regular andamento do processo. 4. As medidas cautelares diversas da prisão preventiva revelam-se inadequadas e insuficientes para resguardar a ordem pública, em face das circunstâncias do caso e da gravidade concreta dos crimes.

O recorrente foi denunciado pela prática dos crimes tipificados nos arts. 317, e 349-A, do Código Penal.

Neste recurso, busca-se a revogação da prisão preventiva, sob a alegação de excesso de prazo.

O parecer do Ministério Público foi pelo desprovimento do recurso.

Na origem, o processo n. 0025326-82.2019.8.13.0672 encontra-se com os autos conclusos para julgamento desde 11/11/2019, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 26/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

O recorrente busca a revogação da prisão preventiva, sob a alegação de excesso de prazo.

Destarte, sabe-se que o prazo para a conclusão de julgamento de ação penal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, sendo imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais.

É uníssona a jurisprudência desta Corte no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando seja a demora injustificável, impondo-se a adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

Na hipótese, conforme análise dos autos e do andamento processual constante do endereço eletrônico do Tribunal de origem, constata-se que o paciente foi preso em 22/3/2019.

Sobre este ponto, assim manifestou-se Ministério Público Federal, que sintetizou toda a movimentação processual baseada em documentos acostados nos autos (fls. 307-309):

Consoante os documentos que instruem os autos, em 22.3.2019, o recorrente foi preso preventivamente (fls. 187), sendo, em 30.4.2019, denunciado pela suposta prática dos crimes de corrupção passiva, favorecimento real e organização criminosa (fls. 248/257). A peça acusatória foi recebida em 16.7.2019 (fls. 232/242).

Houve, ainda, indeferimento de pedido de revogação da prisão em 30.7.2019 pelos seguintes fundamentos (fls. 190 e 191):

[...]

No dia seguinte, o Tribunal de origem indeferiu pedido de liminar (fls. 197/201) no habeas corpus ali impetrado (fls. 1/10), e denegou a ordem, em 13.8.2019, por entender que não foi comprovado constrangimento ilegal em decorrência do alegado excesso de prazo. Confira-se (fls. 274/278):

Decerto, a contagem de prazos deve ser realizada de forma global, atendendo-se, sobretudo, ao critério da razoabilidade, não resultando o excesso de prazo de mera soma aritmética, sendo necessária, em certas circunstâncias, uma maior dilação do prazo em virtude das peculiaridades de cada caso concreto.

(...) Assim, a ocorrência de excesso de prazo nem sempre implica constrangimento ilegal, devendo ser observadas as peculiaridades do caso concreto.

Logo, se o atraso é justificado por incidentes processuais não imputáveis ao Juiz ou se o processo é complexo, com vários réus, ou, ainda, se há necessidade de diligências demoradas, não se reconhece o

constrangimento ilegal, ainda que ultrapassado o prazo para o encerramento da instrução criminal.

No caso em tela, verifica-se que o feito originário é complexo, contando com nove (09) réus e visando a apuração de cinco (05) crimes graves, consistentes em organização criminosa, falsidade ideológica, corrupção passiva majorada, favorecimento real e corrupção ativa, tendo sido necessária, inclusive, a expedição de diversas cartas precatórias, o que justifica uma maior dilação do prazo para o encerramento da instrução processual.

(...) Destarte, não tendo ocorrido desídia do Juízo a quo, que vem despachando e proferindo decisões dentro de um prazo razoável, não há que se falar em excesso de prazo na formação da culpa.

De fato, o relaxamento de prisão com fulcro no excesso de prazo para a formação da culpa só pode ser deferido quando a demora se dá de forma injustificada e desarrazoada, o que não ocorre no caso em testilha.

(...) Com efeito, tem-se que inexistente um prazo determinado para a custódia preventiva – como há para a prisão temporária –, estipulando a sua duração, razão pela qual deve aquela perdurar enquanto for necessária.

Dessa forma, sendo o feito complexo, dotado de multiplicidade de réus e de crimes e não tendo ocorrido desídia do Juízo Singular, mormente em virtude da necessidade de expedição de cartas precatórias, não há que se falar em excesso de prazo na formação da culpa.

Em consulta ao andamento do processo-crime a que responde o recorrente, no site do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, verifica-se que os autos estão conclusos para julgamento.

Nesse contexto, verifica-se que o feito esteve em constante movimentação, seguindo a sua marcha regular, figurando 9 réus em seu polo passivo e já com os autos conclusos para julgamento, desde 11/11/2019, após a conclusão de várias diligências e requerimentos das partes, não se verificando desídia por parte do Estado.

Ademais, apesar de o recorrente estar preso desde 22/3/2019, a custódia cautelar, no momento, não se revela desproporcional às penas em abstrato do delito a ele imputado.

É uníssona a jurisprudência desta Corte no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando seja a demora injustificável, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

Não constatada mora estatal em ação penal onde a sucessão de atos processuais infirma a ideia de paralisação indevida da ação penal, ou de culpa do

Estado persecutor, não se vê demonstrada ilegalidade no prazo da persecução criminal desenvolvida. Nesse sentido:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO E TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. CONDENAÇÃO À PENA DE 15 ANOS E 2 MESES DE RECLUSÃO. EXCESSO DE PRAZO PARA REMESSA DOS AUTOS E JULGAMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO. INOCORRÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM DENEGADA.

**1. A lei processual não estabelece um prazo para o julgamento do recurso de apelação criminal, que deve ser analisado à luz do princípio da razoabilidade, a fim de se verificar a ocorrência ou não de constrangimento ilegal. Sabe-se que eventual atraso no andamento do feito, por si só, não caracteriza excesso de prazo.**

2. No caso, após interposição do recurso no prazo legal, em 2/3/2017, houve renúncia ao patrocínio, silenciando o paciente às intimações para constituir novo advogado, tentativa que se renovou inclusive através de seus familiares. Assim, não há falar em desídia por parte do Poder Judiciário ou em demora injustificada no andamento do feito, que sofreu desmembramento e aguarda, por ora, contrarrazões do Ministério Público.

3. Habeas corpus denegado, com recomendação de celeridade ao Tribunal de origem. (HC 476.660/PE, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 19/02/2019).

No mais, ainda que fosse verificada a demora no julgamento da ação penal, no que tange ao alegado excesso de prazo, estaria prejudicada a discussão, pois, segundo o verbete da Súmula 52 desta Corte Superior, *in verbis*: encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator